



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

## CONTRIBUIÇÕES DA REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL

MAICOW LUCAS SANTOS WALHERS<sup>1</sup>

**Resumo:** A centralidade do estágio supervisionado em Serviço Social a partir das Diretrizes Curriculares, tem levado a categoria a aprofundar o debate em relação a sua matéria, em torno da defesa das suas prerrogativas e do perfil que se deseja formar a partir do norte do projeto ético-político. Os avanços em relação ao estágio supervisionado e seu lugar no processo de formação, pode ser percebido principalmente a partir dos princípios da formação profissional elucidado pelas Diretrizes Curriculares e pela Política Nacional de Estágio. Dessa forma, procuramos analisar sua importância na construção das competências frente aos desafios frente as contrarreformas na educação.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Educação; Formação Profissional; Estágio Supervisionado; Diretrizes Curriculares.

**Abstract:** The centrality of the supervised internship in Social Work from the Curricular Guidelines has led the category to deepen the debate regarding its subject, around the defense of its prerogatives and the profile that one wishes to form from the north of the ethical- political. Advances in relation to the supervised internship and its place in the training process can be perceived mainly from the principles of professional training elucidated by the Curricular Guidelines and by the National Internship Policy. In this way, we seek to analyze its importance in the construction of competencies in face of the challenges faced by counterreforms in education.

**Keywords:** Social Work; Education; Professional qualification; Supervised internship; Curricular Guidelines.

### 1. INTRODUÇÃO

Os avanços da profissão frente às contradições vivenciadas no mundo do trabalho na contemporaneidade tem levado o estágio a ocupar a sua centralidade enquanto espaço de construção da identidade profissional e de maior aproximação com a realidade social. Esse entendimento em relação ao seu lugar no processo de formação em Serviço Social se concretiza a partir da hegemonia ocupada nos debates contemporâneos em relação à formação

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Estadual Paulista. E-mail: <maicow.assistentesocial@live.com>

profissional, que passa a ser entendida enquanto espaço de ensino-aprendizagem a partir de uma concepção de educação crítica, propositiva e emancipatória.

A formação profissional passa a ser entendida enquanto uma dimensão organicamente vinculada ao exercício profissional, diante da sua inerente relação com o mundo do trabalho a partir da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho coletivo na dinâmica do capital. Abordar os desafios, significados e os avanços relacionados à formação e o exercício profissional, somente é possível a partir da perspectiva dialética da relação entre essas dimensões do mesmo processo.

[...] debater as atribuições e o significado da profissão de Serviço Social perante as forças sociais presentes na sociedade e como atividade inscrita na divisão social do trabalho, o supõe estabelecer uma estreita articulação entre exercício e formação profissional. (LEWGOY, 2009, p. 25)

A efetivação da unidade entre esses dois processos, se complexifica e tem se tornado um desafio, diante dos desmontes presenciados nas políticas públicas e sociais que se configuram como espaço formativo e de exercício profissional. Destacamos que a política pública, configura-se como importante mediação para a efetivação da formação e para o exercício profissional. É necessário entender esse caráter contraditório e complexo dessa mediação: a política educacional ao mesmo ponto que se configura como espaço formativo dentro dos marcos capitalistas e da educação formal burguesa, também se configura como um dos espaços – assim como as demais políticas públicas e sociais, de exercício profissional.

Nesta direção, concordamos com Lewgoy (2009, p. 19), que “pensar, contemporaneamente, formação profissional requer integrar o complexo sobre a relação educação/trabalho”, campo onde se circunscreve as políticas públicas, mediação histórica do exercício profissional. O agravamento da questão social, enquanto expressão da luta de classes no marco do desenvolvimento do capitalismo monopolista e, na contemporaneidade diante do avanço do ideário neoliberal, intensifica a correlação de forças no mundo do

trabalho, ao mesmo tempo que promove o distanciamento entre as classes sociais e aprofunda as mazelas e contradições do modo de produção capitalista e da sociabilidade burguesa numa perspectiva de totalidade, histórica, social, política, econômica e cultural. Essa lógica perversa, contraditória e ontológica do capital, necessária para sua produção e reprodução social, já foi denunciada por Iamamoto (2008, p. 27-28):

Essa contradição fundamental da sociedade capitalista – entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e fruto do trabalho – está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunde, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém, de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados “primeiro mundo”.

É necessário ressaltarmos esse modo de ser da sociedade capitalista, para não perdermos de vista suas bases de exploração e de hegemonia enquanto ordem societária dominante, que apesar das diversas transformações vivenciadas no seu modo de produção e na busca de superação das suas contradições, é fundamental não ter como norte de análise a contradição e o antagonismo, que são fundantes dessa sociabilidade, independente do estágio de desenvolvimento das forças produtivas. “As metamorfoses do capital são uma condição indispensável para que o valor capital se movimente, se crie e se acrescente e reinicie o seu ciclo”. (IAMAMOTO, 2005, p. 45)

No cenário atual observa-se o desmonte das políticas públicas e principalmente da política educacional, que tem refletido no processo de formação e de exercício profissional duplamente, na perspectiva elucidada anteriormente. A educação inserida na lógica dos interesses do grande capital, em seu estágio fetichista, tem impulsionado a categoria profissional a criar estratégias em defesa da qualidade da formação profissional.

Considerando, portanto, a educação como uma dimensão complexa e histórica da vida social, compreende-se a política educacional como uma dada expressão das lutas sociais, em particular, aquelas travadas em torno da disputa pela hegemonia no campo da cultura

que não pode ser pensada de forma desconexa da sua dinâmica particular com o mundo da produção. (ALMEIDA, 2005, p. 10)

Portanto, como elucidado inicialmente, o projeto de formação profissional contemporâneo não deve ser analisado enquanto expressão do desenvolvimento endógeno do Serviço Social conforme nos coloca Yamamoto (2008), mas como expressão da luta de classes e do reconhecimento da profissão, em um contexto histórico determinado, enquanto pertencente à classe trabalhadora. É esse processo de construção da consciência de classes, que levou a profissão a alavancar no seu amadurecimento profissional, intelectual e científico verificado nos debates atuais e através das organizações coletivas da categoria, que tem norteado sua luta política enquanto sujeito político na construção de estratégias ético-políticas em defesa da qualidade da formação e do exercício profissional demarcado historicamente.

Os avanços verificados na formação em Serviço Social, enquanto unidade da práxis profissional, é fruto de um longo período histórico da profissão, desde a sua gênese nos marcos do capitalismo monopolista da década de 1930, e que adquire um novo posicionamento político e intencionalidade a partir da construção do projeto ético-político na década de 1980 e que norteia a profissão até os dias atuais. Sua construção é produto do processo de reconceitualização da profissão que contribuiu para o seu amadurecimento nas décadas posteriores, como nos ressalta Yamamoto (1996, p. 90): “[...] os anos 80 marcaram a travessia para a maioria intelectual e profissional dos assistentes sociais, para a sua cidadania acadêmica-política.”

Diante da dinamicidade da realidade social e das suas contradições, procuramos trazer para o debate contemporâneo a análise dos avanços das prerrogativas e princípios das Diretrizes Curriculares de 1996 e das demais normativas, na construção das competências profissionais em Serviço Social frente à atual conjuntura sociopolítica da realidade brasileira e dos desafios enfrentados no mundo do trabalho.

Inicialmente abordaremos as mudanças vivenciadas no mundo do trabalho e seus rebatimentos na política educacional e no processo de formação em Serviço Social. Posteriormente, analisaremos os avanços a partir

dos instrumentos ético-políticos materializados na legalidade do estágio supervisionado em Serviço Social e como estas contribuem para a construção das competências profissionais a partir do Código de Ética de 1993, das Diretrizes Curriculares e do avanço sinalizado pela Política Nacional de Estágio – PNE e do debate contemporâneo em relação ao estágio supervisionado.

## **2. A atual configuração da política educacional brasileira nos marcos do capitalismo**

Na direção teórica colocada anteriormente, destacamos que a política pública, configura-se como mediação da formação e do exercício profissional em Serviço Social. Tanto a política educacional como as demais, torna-se espaço do processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social, seja através do estágio supervisionado enquanto um dos espaços de aproximação da realidade social, como dos outros instrumentos formativos: oficinas temáticas, grupos de extensão e demais espaços, onde o estudante de Serviço Social pode ser inserido no seu processo formativo. Diante da natureza interventiva da profissão, sendo considerada como uma de suas dimensões, que deve estar articulada com a investigativa e a formativa, criam as condições para o exercício profissional na direção ético-política construída coletivamente pela categoria. Afinal, “[...] só é fecunda a teoria que não se desata da realidade por ela interpretada” (BATTINI, 2009, p. 57).

Esta última dimensão, a formativa se realiza através da articulação de conhecimentos apropriados das ciências sociais e humanas que embasa os fundamentos da profissão que deve percorrer toda a vida profissional, procurando acompanhar a dinâmica da realidade social. A realidade enquanto totalidade torna-se objeto de intervenção profissional, mediado pela questão social e suas expressões, que tem demandando respostas do Estado e da sociedade civil organizada, configurando-se uma nova relação entre o público e o privado. A realidade social volta-se ao profissional enquanto intelectual que repensa essa realidade, transformando-a em concreto pensado, construindo

dessa forma respostas críticas ético-políticas em consonância com o projeto profissional. "[...] o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho." (IAMAMOTO, 2008, p. 63)

As políticas públicas se configuram como forma de respostas do Estado frente ao agravamento da questão social e que, historicamente o Serviço Social tem garantido a sua legitimidade no mundo do trabalho. Esse espaço tem sofrido um desmonte e tem adquirido novas determinações a partir do avanço do ideário neoliberal e dos rebatimentos do processo de reestruturação produtiva do capital e dos seus interesses mercadológico e de acumulação capitalista que tem direcionado a intencionalidade do Estado e das políticas públicas. O acirramento da questão social e as mudanças no mundo do trabalho tem colocado diversos desafios para a preservação da qualidade da formação profissional, ao passo que tem exigido um perfil de profissional crítico, propositivo e criativo em consonância com o projeto ético-político e em contraposição ao perfil eficiente dentro da lógica mercado (que muitas vezes tem traduzido no profissional polivalente), precarizado, fragmentado exigido pelos interesses capitalistas em seu atual estágio de reestruturação produtiva.

Essas mudanças ocorridas no mundo do trabalho estão assentadas no atual estágio de reestruturação capitalista, alicerçado no desenvolvimento científico e tecnológico de base da microeletrônica e da robótica, que tem contribuído para a mundialização do capital, enquanto produção e reprodução dos meios de produção. Garantindo a mobilidade do capital, que tem tornado cada vez mais imaterial, as transações ocorre através de números e de sistemas de informações. Observa-se uma mudança de paradigma, o dinheiro que era considerada mercadoria universal nas relações de reprodução capitalista, torna-se cada vez mais virtual.

Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo todas as mercadorias, enquanto

valores, trabalho humano objetivado, e portanto sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho. (MARX, 1996, p. 219)

A lógica de acumulação capitalista articula capital bancário e produtivo, pontencializando a margem de lucro. Parte do capital volta-se ao processo produtivo, realimentando-o, enquanto outra parcela circula no processo especulativo de financeirização do capital. Aliado a este processo encontramos a reorganização das economias mundiais e dos acordos internacionais, procurando quebrar as barreiras que venham dificultar a lógica capitalista de acumulação no seu atual estágio. “Assim, o capital internacionalizado em amplo movimento de concentração e centralização da propriedade das empresas expande sua face financeira e especulativa, com irrestrita liberdade de operar sem regulamentações”. (IAMAMOTO, 2015, p. 53).

As políticas públicas e sociais tornam-se um empecilho ao processo produtivo, sendo considerado como custo social, que deve ser reduzido minimamente procurando otimizar o processo de produção. Dentro da lógica neoliberal, o investimento para a garantia da força de trabalho deve ser mínima, as políticas públicas e sociais devem entrar no circuito do mercado, tornando rendáveis ao capital, contribuindo para o aumento da eficiência do capital em se reproduzir em escala mundial. A mercadoria torna cada vez mais a medida de todas as coisas.

Afinal, tudo deve se tornar o mais rendável possível. E uma das formas é transferindo parcelas das responsabilidades do Estado para a sociedade civil, garantindo que aquele, torna-se um importante instrumento para o processo de acumulação do capital ao criar leis e mecanismos que regulamenta e permite a mercantilização das políticas públicas em nível nacional e contribuindo para acordos em níveis internacionais em nível mundial. Ao mesmo tempo que é um importante instrumento para salvar o capital em tempos de crise.

Presencia-se a desorganização e destruição dos serviços públicos. Em consequência do “enxugamento do Estado” em suas responsabilidades sociais. A preconizada redução do Estado é unidirecional: incide sobre a esfera de prestação de serviços sociais públicos que materializam direitos sociais dos cidadãos, de interesse da coletividade. [...] na contrapartida daquele “enxugamento” tem-se um alargamento da proteção do Estado para os grandes oligopólios. (IAMAMOTO, 2008, p. 36)

Ao destacarmos as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e seus reflexos na reorganização/relação entre o público e o privado, sinalizado na contemporaneidade pela (contra)reforma do Estado brasileiro e, o consequente desmonte das políticas públicas, concordamos com Ribeiro (1986), ao analisar a crise da educação brasileira, não como uma crise mas como um projeto. Este projeto está em consonância com o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e de reestruturação do capital, que tem colocado sob a égide do capital financeiro e do ideário neoliberal, diversas reformas no campo das políticas públicas e sociais que tem se configurado através do enxugamento do Estado e da perda das garantias e dos direitos sociais da classe trabalhadora. A partir da lógica perversa do capital, não há espaço para o desenvolvimento de um patamar mínimo de padrão de desenvolvimento social, diante da necessidade predatória do capital e da busca insana de acumulação.

Sob o domínio do capital financeiro e da reestruturação capitalista, verifica-se o avanço dos setores de serviços, colocando em curso na sociedade brasileira a partir da década de 1970, a (contra)reforma na política educacional, inserida dentro do pacote neoliberal de desmonte do estado, dos direitos sociais e dos mecanismos de organização coletiva da classe trabalhadora, como os sindicatos que começam a enfraquecer sua capacidade combativa. A educação passa de direito a uma mercadoria sucateada, precarizada, colocando em risco a articulação do ensino, pesquisa e extensão e o avanço das empresas na área de educação.

Uma das repercussões da reação burguesa à crise foi o crescente processo de mercantilização dos direitos sociais, agora transfigurados em “serviços”. Assim, direitos sociais, como saúde, previdência, educação, passaram por amplos processos de mercantilização, o que também ocorreu com os sistemas de educação superior, principalmente nos países periféricos. (PEREIRA, 2006, p. 2)

Em 1980, os acordos dos setores dominantes alicerçados no projeto de neoliberal de reforma da educação brasileira, com os organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial – BM, propõe metas e condicionalidades para os países periféricos para poderem conseguirem empréstimos.

O BM direciona sua defesa ao ensino fundamental, enfatiza a privatização do ensino secundário e reitera o discurso da universidade pública enquanto lócus dos privilegiados. O objetivo do ensino é o mercado de trabalho, visando à flexibilidade do trabalhador e à formação de valores e atitudes favoráveis ao mercado. (PEREIRA, 2006, p. 13)

Ainda segundo a autora, na década de 1990, o BM sob o discurso da “sociedade do conhecimento”, coloca que a educação era a única forma dos países periféricos se inserirem num patamar elevado no processo de globalização, priorizando a educação básica. A reforma na política educacional prioriza os “[...] maiores recursos para o ensino fundamental, a reforma da formação tecnológica e a privatização do ensino superior.” (PEREIRA, 2006, p. 13).

O projeto de reforma educacional colocada em curso se realizada através da propagação do ensino privado em detrimento do ensino público, com o sucateamento desses, um aumento desenfreado do ensino a distância através do emprego das tecnologias da informação, que contribui para a utilização de ferramentas tecnológicas que permitem atingir um grande número de pessoas inseridas nesta modalidade de ensino através de videoconferências, plataformas de ensino online, aulas gravadas entre outros inúmeros recursos. Também observou nos últimos anos, a priorização do governo federal, para responder o novo panorama profissional, que tem exigido cada vez mais profissionais com formações tecnistas, para atender as demandas do mercado de trabalho, as “[...] reformulações do ensino técnico de nível médio, cursos superiores de curta duração, cursos de formação tecnológica integral nos institutos politécnicos, [...] assim, como os mestrados profissionalizantes e os cursos sequenciais.” (IAMAMOTO, 2015, p. 451) Esta

forma de ensino, tem reforçado a educação numa perspectiva bancária, a-crítica e de aligeiramento do processo formativo.

Aliado a esse processo, presenciamos a partir das particularidades da realidade brasileira, a partir do avanço do conservadorismo, que tem se expressado nas propostas apresentadas por setores conservadores no poder, propostas como “Escola sem partido” (PLS 193/2016), ao se colocar no discurso falacioso de defesa da “liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras”, encobre suas reais intencionalidade, indo contra o pluralismo do pensamento, da diversidade social e de conhecimento e reforçando o pensamento conservador presente no senso comum e no pensamento hegemônico na nossa sociedade. Impedindo a discussão das diferentes matrizes do saber, ao alegar a defesa da “neutralidade” do conhecimento e da discussão da realidade política brasileira no ensino.

Sabemos que o conhecimento enquanto produto do desenvolvimento da humanidade, não são neutros, possuem valores, intencionalidades, mesmo naquelas ciências consideradas exatas. Toda a produção do conhecimento exige posicionamento frente a realidade social, escolha de métodos, de fundamentos que norteiam a análise, escolha de objetos e metodologias. O que se verifica é um discurso ideológico, disfarçado de pretensa neutralidade, que na verdade oculta sua maior perversidade: o cerceamento a liberdade de expressão e de conhecimento, a diversidade, a democracia e os direitos humanos. Apesar de se colocar como “sem partido”<sup>2</sup>, fica claro seu posicionamento político e partidário, sendo apoiado por determinados membros políticos conservadores.

Ao por entre aspas a denominação de “Escola sem Partido” quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc. Um partido, portanto que ameaça os fundamentos da

---

2 Para maior aprofundamento sobre a discussão do movimento “Escola sem Partido”, consultar: FRIGOTTO, G. Escola sem partido: imposição da mordaza aos educadores. In: **e-mosaicos**. Revista Multidisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ). v. 5, n. 9, jun. 2016.

liberdade e da democracia liberal, mesmo que nos seus marcos limitados e mais formais que reais. Um partido que dissemina o ódio, a intolerância e, no limite, conduz à eliminação do diferente. (FRIGOTTO, 2016, p. 12)

Ressaltamos com as considerações realizadas a respeito da conjuntura política do país e, principalmente diante dos seus rebatimentos nas políticas públicas e em especial, a política educacional, que diante do atual contexto de avanço do conservadorismo, fica cada vez mais claro, o tensionamento das lutas sociais frente o agravamento da questão social e a intensificação da exploração e das contradições do capitalismo, levando ao ápice, suas formas de dominação assentadas em mecanismos perversos contra a própria humanidade. Consideramos que esta é uma das maiores contradições do sistema capitalista: o homem se volta contra a si mesmo.

Dessa forma, ressaltamos que o que está em curso, não é uma crise, mas um projeto da classe dominante de garantia da legitimidade do projeto burguês hegemônico de sociedade, que tem se demonstrado cada vez mais inviável. Vivenciamos uma crise do padrão civilizatório e das garantias sociais e humanas fundamentais. Isto tem demonstrado a necessidade de um outro projeto societário, que rompa com a dominação e liberte o homem da exploração e da sua coisificação.

O próprio avanço científico e tecnológico, o desenvolvimento das forças produtivas, estão voltadas para o capital e não para o homem. Finalmente, quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade.

É necessário diante da conjuntura apresentada, articular forças políticas e coletivas em defesa do projeto de formação profissional em Serviço Social, articulado com o projeto ético-político, que tem como direção social, o fortalecimento da luta da classe trabalhadora em direção de uma nova sociabilidade, para além dos marcos do capitalismo. Analisaremos a diante, como a legalidade do estágio tem contribuído para o fortalecimento desse projeto, diante das contradições postas pelo mundo do trabalho e seus rebatimentos na política educacional. E como esses instrumentos tem contribuído para o desenvolvimento de competências profissionais.

### **3. As contribuições da legalidade do estágio supervisionado no desenvolvimento das competências profissionais**

O projeto de formação profissional em Serviço Social defendido coletivamente pela categoria é produto da articulação política dos profissionais através do Movimento de Reconceituação que culminou na década de 1980, com o compromisso ético-político com a luta da classe trabalhadora, em uma direção social que aponta para novos horizontes, tangenciado pela luta emancipatória da classe trabalhadora. Esse processo contraditório de busca de rompimento com o Serviço Social tradicional, que teve diversas nuances e intencionalidades, contribuiu para o amadurecimento da profissão e os avanços que se verifica na contemporaneidade. Esse processo contribuiu para o confronto de “diferentes tendências para a profissão, quer do ponto de vista de seus fundamentos teórico-metodológicos, quer do ponto de vista de sua intervenção social” (YAZBEK, 2009, p. 145).

Sua emergência na contemporaneidade, enquanto profissão produtora de conhecimento científico sobre a realidade social, com um estatuto profissional próprio, materializado em princípios e diretrizes para o exercício e a formação. A articulação dos sujeitos profissionais coletivamente a partir dos seus organismos representativos e dos espaços de produção de conhecimento através de eventos, congressos e espaços de reflexão e discussão, tem contribuído para a defesa do projeto de formação profissional em curso. Essa configuração do Serviço Social, deve-se ao rompimento com a endogenia na profissão e com sua aproximação com a teoria marxiana, contribuindo para o embasamento crítico da questão social e das relações sociais da profissão com o mundo do trabalho e suas contradições.

Dentro dos avanços sinalizados, temos um salto qualitativo no âmbito da formação profissional, a partir da emersão com o pensamento crítico-dialético, que tem fundamentado a produção do conhecimento sobre a realidade social e a construção de princípios e nortes através das Diretrizes

Curriculares de 1996, elevando a formação para um novo patamar ao procurar a construção de um profissional crítico, propositivo, criativo, ético e competente em consonância com as prerrogativas ético-legais da profissão. A articulação entre formação e exercício profissional volta-se no centro das preocupações da categoria, principalmente diante das mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos na educação brasileira.

A apropriação da teoria marxiana e da dialética materialista tem contribuído para a articulação entre formação e exercício profissional numa perspectiva de totalidade, ao permitir o adensamento da realidade social, através das mediações entre as categorias ontológicas do ser social e de suas determinações.

A dialética materialista é uma dialética revolucionária. Essa determinação é tão importante e de um peso tão decisivo para a compreensão de sua essência, que, antes mesmo de discorrermos sobre o método dialético em si, temos de entendê-la para abordarmos o problema de forma correta. Trata-se aqui da questão da teoria e da prática, e não somente no sentido em que Marx a entendia em sua primeira crítica hegeliana quando dizia que a 'teoria se torna força material desde que se apodere das massas'. Trata-se, antes, de investigar, tanto da teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução; trata-se, por fim, de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto (LUKÁCS, 2003, p. 64- 65).

O estágio supervisionado a partir das Diretrizes Curriculares, adquire centralidade na formação profissional ao contribuir para uma maior aproximação com a realidade social mediatizado pelo conhecimento apreendido no processo de ensino-aprendizagem. Enquanto espaço de construção da identidade profissional, configura-se como “um processo voltado para o desenvolvimento de competências que buscam captar as distintas formas de expressão e de requisições da realidade social”. (LEWGOY, 2009, p. 20).

Oliveira (2009, p. 100) coloca a importância da legalidade, para explicitar o “[...] significado, o objetivo, as normas e exigências pertinentes ao desenvolvimento do estágio supervisionado curricular”. Em se tratando de um processo dialético, inserido no processo de ensino-aprendizagem, onde formação, supervisão de campo e acadêmica e exercício profissional devem

estar articulados, torna-se fundamental o estabelecimento de normativas que direcionam e norteiam a realização dessa atividade, de natureza obrigatória, e que deve contribuir para o “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.” (ABEPSS, 1996, p. 6) através de uma teoria social crítica que “possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”. (ABEPSS, 1997, p. 6)

A preservação da qualidade da formação profissional e do estágio supervisionado encontra na realidade atual, desafios que vem refletir na sua efetivação. Conforme nos alerta Oliveira (2009) em relação a configuração do ensino superior e seus rebatimentos na formação e no exercício profissional em Serviço Social, diante da mercantilização do ensino, com primazia do ensino privado, a propagação do ensino a distância e a conseqüente aumento do número de estudantes para a realização de estágio, a precarização das condições de trabalho do Assistente Social no exercício direto com a população ou no exercício do trabalho docente.

Numa conjuntura de precarização exacerbada do ensino superior no país, tanto de natureza pública quanto privada, em que o trabalho docente tem se submetido ao produtivismo acadêmico gerador de enormes tensões – o que se reflete diretamente na qualidade da formação profissional das diferentes áreas de produção do conhecimento, entre elas o Serviço Social –, torna-se imperativo aprofundar-se na compreensão do estágio supervisionado curricular e seus desdobramentos. (OLIVEIRA, 2009, p. 100)

Diante dos desafios apresentados e da sua importância diante da dimensão interventiva da profissão, é necessário a clareza do seu lugar no processo formativo e dos papéis dos sujeitos envolvidos nesse processo.

A compreensão dos diferentes papéis torna-se fundamental para o necessário desenvolvimento do estágio supervisionado curricular obrigatório em Serviço Social, evitando-se os equívocos que comprometem a efetivação da referida atividade.” (OLIVEIRA, 2009, p. 105)

Nesta direção a Política Nacional de Estágio – PNE<sup>3</sup> (2010) construída coletivamente e com o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e demais órgãos representativos da profissão no ano de 2009, traz uma importante contribuição na preservação da qualidade do estágio e da formação, devendo sempre estar na vanguarda da discussão da categoria, procurando avançar na sua efetivação.

A PNE além de reforçar a sua centralidade na formação profissional, define com maior clareza os papéis dos sujeitos partícipes desse processo: estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico. Aborda os desafios para as Unidades de Formação Acadêmica – UFA's, e problematiza o estágio obrigatório e o não-obrigatório e seus rebatimentos na garantia de campos de estágio de qualidade.

Nesta direção, também temos a resolução CFESS 533 de 2008, que normatiza a supervisão direta de estágio, impedindo que diante da precariedade do ensino e dos campos de estágio e das novas modalidades de ensino a distância, que esta atividade ocorra a distância, trazendo consequências danosas a formação profissional. A definição do número de estagiários por supervisor também vem nessa direção e tem encontrado desafios para as UFA's na garantia do campo de estágio principalmente diante do aumento do número de estagiários e das condições de trabalho dos Assistentes Sociais: adoecimento profissional, precarização nas formas de contratação, intensificação do trabalho, e desmonte das políticas públicas, além da proliferação do ensino a distância.

Ao procurar resguardar a formação e o estágio supervisionado, a legalidade do estágio supervisionado contribui para o desenvolvimento de competências necessárias para o exercício profissional através da inserção do estagiário no campo de estágio. Entre as competências profissionais o estágio enquanto parte integrante do processo formativo deve contribuir, segundo Lewgoy (2009, p. 54-55) “[...] domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento e de sua operacionalização e pela dimensão política, quando atenta à finalidade da ação e o compromisso profissional”.

---

3 Consultar: ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2010.

Dessa forma, a formação profissional através do estágio supervisionado deve propiciar um espaço para o desenvolvimento de competências profissionais que permita o desenvolvimento da autonomia do estagiário, a apreensão crítica da realidade social como totalidade social, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares, para que possa aprender as contradições do mundo do trabalho e elucide propostas de intervenção críticas, propositivas e criativas.

Além de permitir que o estagiário tenha clareza de suas atribuições em consonância com o Código de Ética profissional do Assistente Social de 1993, defendendo seus projetos profissionais, suas prerrogativas e se posicionando contra as formas de cerceamento da liberdade, do arbítrio e do autoritarismo, conforme preconizado nos princípios ético-legais (CFESS, 2007, p. 42), principalmente diante da atual conjuntura onde verifica-se o avanço do conservadorismo.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações sociais vivenciadas no mundo do trabalho tem reconfigurado a relação entre o público e o privado, provocando o desmonte das políticas públicas e sociais refletindo no trabalho e na formação profissional na contemporaneidade. As políticas públicas configura-se historicamente como uma importante mediação no Serviço Social sendo espaço de formação e de exercício profissional. Dessa forma, é importante ater as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos nas políticas públicas diante do desmonte do Estado, o avanço do neoliberalismo e da precarização das relações de trabalho e das formas de respostas do Estado, cada vez mais focalizadas, refletindo na perda dos direitos sociais conquistados historicamente.

No campo da formação profissional destacamos as (contra)reformas na política educacional com o sucateamento do ensino superior público, e do incentivo ao ensino privado e das modalidades de ensino a distância, trazendo desafios para a preservação da qualidade da formação profissional e do estágio supervisionado. As normativas ético-legais tem se configurado como

importante instrumento na defesa da formação profissional, ao mesmo tempo, contraditoriamente, encontra desafios frente a atual conjuntura para a defesa a das suas prerrogativas.

A reestruturação produtiva sob a lógica do capital financeiro e do desenvolvimento científico e tecnológico voltado ao processo de acumulação capitalista, tem apresentado uma realidade cada vez mais perversa, desafiando a defesa do projeto profissional construído coletivamente. Ressaltamos, que diante da atual conjuntura, a importância da ampliação nos fóruns de discussão sobre a temática do estágio e da formação profissional e da preservação da sua qualidade através das Diretrizes Curriculares e da PNE e a apropriação e aprofundamento da produção do conhecimento na área.

## 5. REFERÊNCIAS

ABEPSS; CEDEPSS. Diretrizes para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro e 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2010.

ALMEIDA, N. L. T de. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na educação. **Caderno Especial**, Rio de Janeiro, nº 26, 2005.

BATTINI, O. Atitude investigativa e prática profissional. In: **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2009.

CFESS. **Legislação brasileira para o Serviço Social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da(o) assistente social. 3. ed. rev., ampl. e atual. até dezembro de 2007. São Paulo, 2007.

FRIGOTTO, G. "Escola sem partido": imposição da mordaza aos educadores. In: **e-mosaicos**. Revista Multidisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ). v. 5, n. 9, jun. 2016. Disponível em: <[www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/viewFile/24722/17673](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/viewFile/24722/17673)> Acesso em: 04 jul. 2018.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015

\_\_\_\_\_.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2005.

\_\_\_\_\_. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). **Serviço Social e ética:** convite a uma nova práxis. São Paulo, Cortez, 1996.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social:** desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

OLIVEIRA, C. A. H. da S. Estágio supervisionado curricular em serviço social: elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, DF, ano IX, n.17, p. 99-110, jan./jul. 2009.

PEREIRA, L. D. A reação burguesa á crise capitalista e o processo de mercantilização do ensino superior no pós -1970. **Textos & Contextos**, n. 5, p. 1-21, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1023/803>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

RIBEIRO, D. Obviedades. In: **Sobre o óbvio:** ensaios insólitos. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. ABEPSS (Org.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.